

CURSO DE PEDAGOGIA NO BRASIL E O PROCESSO HISTÓRICO DO CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA, DA CIDADE DE PARNAÍBA^{1[1]}

Magna Coeli de Sousa e Silva Galas^{2[2]}

Universidade Federal do Piauí

Este estudo destina-se a mostrar, em linhas gerais, o processo histórico do Curso de Pedagogia da cidade de Parnaíba em sua expressão pedagógica como extensão econômica e social. É um relato que reflete a instituição do ensino superior parnaibano vinculado à Universidade Federal do Piauí. A criação do *campus* Ministro Reis Velloso é a plenificação deste vínculo. Para tanto, fazemos breve referência histórica aos cursos de Pedagogia no Brasil para rememorar sua construção e sua regulamentação.

1 O Curso de Pedagogia no Brasil e suas regulamentações

A formação para o magistério em nível superior no Brasil é uma conquista educacional recente. Anteriormente, convivia-se com o curso normal, destinado a preparar professores das primeiras letras, e com os professores leigos. Em Parnaíba, o Curso Normal foi fundado em 1927, e fazia parte da reforma de instrução municipal, coordenada pelo educador paulista Luiz Galhonone (Oliveira, 1993:21).

Segundo Romanelli,(1997:163)

“As escolas normais existem no Brasil desde o século passado. A primeira delas foi criada em 1830, em Niterói, sendo a pioneira na América Latina e, de caráter público, a primeira de todo o continente, já que nos Estados Unidos as que então existiam eram escolas particulares. Pelo menos uma dezena dessas foram criadas até 1881. (...) Além dessas, destacou-se a criação do Pedagogium, em 1890, de curta

^{1[1]} Este texto, com algumas alterações, é parte da minha dissertação de mestrado.

^{2[2]} Professora Assistente da Universidade Federal do Piauí, mestra em Educação Brasileira pela UFC.

duração que deveria ter funcionado como centro de pesquisas educacionais e museu pedagógico”.

O Curso de Pedagogia foi organizado quando da criação do Curso de Filosofia da Universidade do Brasil, através do decreto-lei nº. 1190, de 4 de abril de 1939, que instituiu o “padrão federal”. O Curso de Pedagogia teve que se adaptar aos currículos básicos dos respectivos cursos oferecidos por outras instituições de ensino superior no Brasil. A regulamentação previa três anos para a formação do Bacharel em Pedagogia ou “Técnico em Educação”. Para adquirir o título de Licenciado, necessitaria complementar seus estudos através do curso de formação didática, assim constituído:

Pedagogia - Complementos de Matemática, História da Filosofia, Fundamentos Biológicos da Educação, Psicologia Educacional I,II e III, Estatística Educacional, História da Educação I e II, Fundamentos Sociológicos da Educação, Administração Escolar I e II, Educação Comparada e Filosofia da Educação.

Didática - Didática Geral, Didática Especial, Psicologia Educacional, Administração Escolar, Fundamentos Biológicos da Educação.

A Lei Federal nº 4.024/61 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional^{3[3]}) mantém o curso de bacharelado para formação de pedagogo, através do Parecer CFE nº 251, incorporado ao CFE/62. Esse parecer foi relatado pelo Conselheiro Valnir Chagas e homologado pelo então ministro da Educação e Cultura, Darcy Ribeiro, e passou a vigorar em 1963.

O Curso de Pedagogia se destinava a formar o “Técnico em Educação” e o professor de disciplinas pedagógicas do curso normal, através do bacharelado e da licenciatura,^{4[4]} respectivamente.

Para o bacharelado, o currículo mínimo seria fixado em sete matérias, sendo cinco obrigatórias e duas opcionais. As disciplinas obrigatórias eram: Psicologia da Educação, Sociologia Geral, Sociologia da Educação, História da

^{3[3]} Para Ribeiro (1998:192), o texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº4024/61, acabou por expressar de forma marcante a força da tendência pedagógica articulada a uma posição política de natureza conservadora-reacionária.

^{4[4]} A licenciatura, de uma forma geral, obedeceria ao currículo fixado e regulamentado pelo parecer 292/62, relatado pelo conselheiro Valnir Chagas, na vigência da Lei Federal nº 4024/61.

Educação, Filosofia da Educação, Administração Escolar. As opcionais eram Biologia, História da Filosofia, Estatística, Métodos e Técnicas da Pesquisa Pedagógica, Cultura Brasileira, Educação Comparada, Higiene Escolar, Currículos e Programas, Técnicas Audiovisuais de Educação, Teoria e Prática da Escola Média, e Introdução à Orientação Educacional. O aluno que almejasse a Licenciatura deveria cursar Didática e Prática de Ensino.

O Parecer CFE 252/69 abole a distinção entre bacharelado e licenciatura e mantém as especializações para as várias habilitações, assim como a resolução CFE 251/62. O formado no Curso de Pedagogia recebe o título de licenciado. Bissoli da Silva assinala que

(...) na realidade, o que o parecer de 69 trouxe, foi uma inversão da situação até então vivida pelo curso. Se até 62 o pedagogo era identificado com um profissional que personificava a redução da educação à dimensão técnica – o técnico de Educação - o currículo previsto para formá-lo era de cunho predominantemente generalista. Em 69, consegue-se recuperar a educação em seu sentido integral na figura do especialista da educação, porém sua formação fica inviabilizada pelo caráter fragmentado da organização curricular.(...) Em síntese, o parecer C.F.E. nº 252/69 ao mesmo tempo que influenciou na definição do mercado de trabalho para o pedagogo, conturbou sua ocupação (Silva,1999:67).

A formação do educador nesse momento imbrica-se à racionalidade capitalista da qual o taylorismo é a representação – é um “Especialista em Educação”, uma formação que tem sua base de sustentação teórica na Psicologia Behaviorista, na Engenharia Comportamental, na Informática, na Cibernética, elo comum de inspiração filosófica neopositivista e do método funcionalista, onde a globalidade, o subjetivismo e a crítica não são priorizados no processo educacional. Fernandes (1992:329) conclui que, no âmbito da formação do educador, existe aparente harmonia, onde os conflitos são controlados pelo sistema ditatorial brasileiro. Acrescenta que a educação é regida pelo Sistema Nacional de Educação, impondo ao educador enquadrar-se

no “projeto político do Estado Militar”, tornando-se um “fazedor de Educação”. Sobre a competência técnica diz ser

A competência técnica a ser exigida para esse educador é “saber utilizar técnicas de manipulação de aula ou do serviço especializado” e a consciência política se reduz à visão de “patriotismo militar”, ingênua e com a conotação de neutralidade política, em relação às classes sociais. As contradições a este modelo aconteceram principalmente pela ação corajosa do Movimento Estudantil (Fernandes, 1992:333).

Nos anos 1970 e meados de 1980, muitas iniciativas foram levadas a efeito pelos organismos oficiais e entidades de educadores e estudantes, para que o currículo do Curso de Pedagogia fosse reformulado. Esse movimento nacional foi intensificado em 1980, com a participação da Anfope, Ande e SBPC, entre outras. Segundo Libâneo (1998:38), algumas pesquisas e debates ocorridos nesse movimento de formação de professores tiveram grande repercussão em algumas faculdades de Educação que, sob sua influência, suprimiram ou suspenderam as habilitações convencionais e investiram num currículo mais voltado para a formação de professores das séries iniciais do ensino fundamental e curso de magistério. Afirmando as colocações dos educadores, Fernandes (1990), Brzezinski (1994) e Bissoli Silva (1999), e referindo-se à Lei nº 5.540/68^{5[5]}, Libâneo assinala que

(...) A justificativa mais comum para essa medida foi e tem sido o entendimento que o parecer C.F.E. 252/69, ao instituir as habilitações, estaria reproduzindo a ideologia implícita na Reforma Universitária de 68, ou seja, estaria introduzindo na escola a divisão do trabalho e o controle segundo o modelo da administração capitalista, levando a fragmentação da prática pedagógica. (...) São mais de 50 anos de controvérsias em torno da manutenção ou da extinção do

^{5[5]} Ribeiro, ao citar Cunha (1998:192),, ressalta que a Reforma Universitária promovida pela lei 5.540/68 traz algumas modificações com vistas a responder às necessidade de encontrar maneiras para expandir esse nível de ensino com o mínimo de custo, e visa a não prejudicar o atendimento dos níveis anteriores considerados como prioritários, tendo em vista que as principais modificações ocorridas foram as de departamentalização, matrícula por disciplina, o curso básico e a institucionalização da pós graduação.

curso, da pertinência ou não de um campo próprio à Pedagogia, da Formação do Professor primário em nível superior, da Formação de especialistas ou técnicos em educação e etc. (Libânio,1998:39).

A formação do educador está condicionada à conjuntura econômica e política, refletindo nos seus cursos as influências das formas de controle e administração do trabalho, que variam conforme as crises e as necessidades da sociedade capitalista. Deste modo, na década de 1970 no taylorismo e no Estado do Bem-Estar Social, refletindo as formas de controle da administração taylorista, o currículo foi caracterizado, entre nós, pela fragmentação, pela separação da teoria em relação à prática pedagógica, apresentando-se tecnicamente neutro, tal como a pretensa “organização científica do trabalho”, OCT . Apesar dos vínculos formais, deixava em diferentes planos a teoria e a prática, refletindo a distinção entre a execução e o mando.

Os educadores progressistas conquistaram grande espaço no cenário nacional a partir da década de 1980. Com a abertura política do final do regime militar, ficam mais transparentes as frentes de resistência na Educação. É forte a influência do marxismo, que se apresenta através das teorias crítico-reprodutivistas e teoria crítico-emancipatória. No ambiente pedagógico, é significativa a presença da Pedagogia Libertadora inspirada nas idéias de Paulo Freire e nas várias correntes do pensamento ante-autoritário. Tem curso a Pedagogia Crítico-social, e, “paralelamente surgem adeptos da desescolarização” (Libâneo, 1998:123).

Aos anos 1980 coube uma acirrada crítica: de um lado, fortalecida pela negação da ditadura que se instalou no País, e do outro, como manifestação das lutas sindicais em rejeição ao modelo taylorista. A influência marxista deu lugar, em um

primeiro momento, à crítica reprodutivista, e em um segundo momento, a teoria emancipadora junto a outras de caráter anti-autoritário.

A década de noventa é palco da grande inquietação no Curso de Pedagogia, que, através de movimento organizado pelos estudantes e profissionais interessados na discussão a respeito da formação do educador, debatem sobre os problemas que fazem aumentar cada vez mais as desigualdades sociais, problemas relacionados com as políticas conhecidas como neoliberais^{6[6]}.

Há grande preocupação nos cursos e instituições afins, voltados para uma educação com caráter de resistência ao modelo econômico que está agravando cada vez mais a pobreza. Podíamos elaborar uma lista infindável de males que afligem esta década, tais como uma concentração de renda pela classe empresarial, fechamento de empresas, o bloqueio da produção, a quase destruição do serviço público, a desagregação do ensino gratuito e o desemprego, além de muitos outros. Partindo desta realidade, buscamos compreender os fenômenos que causam a metamorfose do mundo do trabalho e da Educação.

Nos anos 1990, no conjunto das novas tecnologias e em plano internacional, observa-se a desestruturação do Estado do Bem-Estar social que, na sua contradição, ampliava o espaço de interferência política do Estado, repercutindo nos ganhos favoráveis à classe trabalhadora. A perspectiva do Estado mínimo, que se apresenta, da privatização da sociedade e da educação, dá lugar às políticas neoliberais.

Este cenário influencia a formação docente, impõe seus limites via reestruturação da base produtiva, por intermédio da adoção de formas de organização do trabalho, que servem de filosofia e modelo de desenvolvimento, tais como o taylorista, o fordista e o toyotista.

^{6[6]} Para Frigotto (1996:31), o neoliberalismo é a expressão ideológica do processo de recomposição interna do capital. No Brasil, o "neoliberalismo" concretizou-se na chamada reforma constitucional, orientada por organismos internacionais como o FMI e o denominado "Consenso de Washington", que pode ser resumido nos seguintes pontos: ajuste fiscal, fim das restrições ao capital externo, redução do tamanho do Estado, abertura do sistema financeiro, reestruturação do sistema previdenciário, desregulamentação das relações trabalhistas e privatizações. As políticas conhecidas como neoliberais, que têm como resultado a maior concentração de renda, o fechamento de empresas, o bloqueio da produção, a destruição do serviço público, a desagregação do ensino gratuito e o desemprego expressam a lógica interna do capitalismo em crise para reconstituir suas margens de lucratividade, via quebra do potencial produtivo da sociedade para maior concentração e centralização do capital.

A aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal nº 9.394/96) evidencia suas contradições de viés neoliberal, começando pelos cortes orçamentários para as universidades públicas, pela redução salarial dos professores, pela criação dos centros de excelência, pelo “provão”, pela adoção de parâmetros de mercado para avaliar a produtividade do ensino superior, na subordinação das pesquisas à lógica da acumulação capitalista, no incentivo às parcerias entre universidade e iniciativa privada, e no novo perfil exigido na formação política do corpo docente.

É neste cenário, extremamente caótico, que empreendemos a busca. Para melhor composição da pesquisa histórica, iniciamos com a fundação da Universidade Federal do Piauí para depois compreendermos sua chegada à cidade de Parnaíba.

2 Fundação da Universidade Federal do Piauí

O surgimento da Universidade Federal do Piauí (UFPI) situa-se em meio a uma crise da educação brasileira (1964/68), quando esta se rende à ajuda internacional para a redefinição do sistema educacional através de várias reformas. Foi efeito da transição política e econômica na passagem de um governo populista para um ditatorial militar, um momento de fortalecimento da classe industrial e acirramento das dicotomias sociais (Romanelli, 1997:195).

A instituição UFPI nasceu no ano de 1968, em resposta às articulações políticas proferidas pelos vários segmentos da sociedade piauiense que se fortaleceram através da criação de um conjunto de escolas de ensino superior. Consolidação de origem histórica, provinda da Faculdade de Direito, em 25 de março de 1931, que foi reconhecida pelo decreto-lei nº 17.551/45; da Faculdade Católica de Filosofia, em 1957, com seus cursos de Bacharelado em Geografia e História, Licenciatura em Letras e Filosofia, todos reconhecidos pelo Decreto nº 54.038/64; Faculdade de Odontologia, em 1967, e da Faculdade de Medicina, em 1968 (Cantuária, 1997:75).

A Faculdade de Administração da cidade de Parnaíba também participou desse processo de criação, e foi incorporada pela UFPI em 1º de março de 1971.

A criação das Faculdades de Agronomia, em 1953, de Serviço Social, de Enfermagem, da Faculdade de Filosofia e de Ciências e Letras, em 1960, (apesar de serem projetos não consolidados) também contribuiu para o amadurecimento da idéia de universidade.

Segundo Lopes (1998), foi de grande importância a participação das Faculdades de Filosofia e Administração para concretizar o Projeto de constituição da UFPI. Ele enfatiza ser representativa do projeto político-católico, constituído por intelectuais ligados à Igreja, junto a outra facção vinculada aos interesses industriais de Parnaíba. Para Lopes,

(...) a Universidade Federal do Piauí é fruto mais de uma decisão política do que de uma decisão das academias aqui existentes. Do ponto de vista dessa oligarquia, o Piauí estava amadurecido para a Universidade (Lopes, 1998).

A sede da UFPI está localizada na cidade de Teresina, Capital do Estado. A presença de cursos superiores na cidade de Parnaíba, pela da criação de um *campus*, representa a expansão desta Universidade e a expansão de seus saberes. Atualmente, a UFPI abrange os *campi* do Ininga e Socopo, em Teresina, Junco, em Picos, Gurguéia, em Bom Jesus, e Ministro Reis Velloso, em Parnaíba. Seu corpo docente é superior a mil professores, que atuam nas áreas de ensino, pesquisa e extensão (*Guia acadêmico*, 1997).

3 Ensino Superior na Cidade de Parnaíba e o *Campus* Ministro Reis Velloso

Com o intuito de iluminar o local onde se desenvolveu a presente investigação, resgatamos alguns dados de sua história, da criação do Curso de Pedagogia, e breves dados sobre o Município de Parnaíba. Nessa perspectiva, nos detivemos em alguns detalhes específicos sobre o Curso de Pedagogia/Magistério em Parnaíba e seu currículo. Os breves dados já indicam que, pelo menos entre nós, os vínculos entre a formação de educadores e a dos homens de negócio estão abertamente atados desde a origem.

A cidade de Parnaíba, sede e cenário da investigação, é uma cidade que guarda em sua memória as luzes do ciclo do couro com as riquezas das

charqueadas. Parnaíba experienciou um próspero pólo industrial, o mais importante do Estado do Piauí. Atualmente busca, freneticamente, através da indústria turística e do setor de serviços, driblar as intempéries da globalização econômica para amenizar o sofrimento causado pelo desemprego e pelas constantes perdas da qualidade de vida de seus trabalhadores.

Parnaíba é uma tranqüila cidade litorânea, às margens do maior delta das Américas. Está localizada na mesorregião norte e na microrregião do litoral piauiense. Com base no censo de 1992, sua população é de aproximadamente 245.942 habitantes, representando 9,52% de todo o Estado. Sua área é de 972km². Configurada em delta, a bacia do rio Parnaíba, além do extraordinário manancial hídrico, pródigas em fauna, flora e minerais. Este conjunto de fatores (juntamente com as charqueadas) favoreceu o início de sua história.

Parnaíba destaca-se por sua posição pioneira no comércio, indústria, agricultura e turismo do Piauí. Hoje é a segunda em importância econômica e em população do Estado. No contexto piauiense, ocupa grande espaço na representatividade política, cedendo em expressividade somente para a capital, Teresina.

Parnaíba tem revelado ao longo dos anos e preponderantemente no seu alvorecer, uma vocação empresarial nata (...) sublinhe-se ainda, o fato de ser o município pólo econômico do delta do Rio Parnaíba e sede da Federação das Indústrias do Estado do Piauí (Silva Filho, 1993:21).

Silva Filho (1993), em sua pesquisa sobre a economia de Parnaíba, descreve a ascensão do setor de serviços e o declínio vertiginoso dos outros setores da produção. Apresenta toda a face perversa da recessão que está frente à crise econômica mundial. Afirma ser o setor de serviços aquele que possibilita novas oportunidades de trabalho, notabilizando-se por apresentar, em média, unidades produtivas de porte reduzido.

A indústria é basicamente extrativista e exportadora. Este setor enfrenta grande dificuldade de mão-de-obra qualificada. A automatização dos seus serviços era praticamente inexistente até a década de 1980. Somente na década de 1990, é que surgiu com maior força nas indústrias que têm representação multinacional.

O comércio é importador e tem grande representatividade na formação de mão-de-obra. A indústria e o comércio apóiam-se em seus órgãos representativos: SESC, SENAC, SENAI.

Relativamente à instrução, a mão-de-obra empregada está dividida em 4,53% de analfabetos, 40,26% com o primeiro grau completo, 40,43% com segundo grau e 14,76% em outras modalidades de instrução. Dados relacionados à absorção no mercado de trabalho dos profissionais do ensino superior não estão presentes na literatura pesquisada.

A economia, desde o início da Cidade, tem grande potencial educativo. A pequena cidade acostumou-se com o apito das fábricas, que condicionava todos os seus horários. Hoje convive com monumentais ruínas de indústrias, de suntuosos casarões e da estrutura portuária dos “tempos dourados”. É um cenário que encanta os turistas. O turismo invade a cultura da Cidade, que cresce a cada dia. A Educação, por vezes, ainda segue o fazer pedagógico dito tradicional.

A Educação escolar vem tentando diminuir a distância da nova realidade local e mundial. Na Educação superior, surgem cursos de licenciatura; na UFPI, é criado o Curso de Pedagogia, em seguida, é instituída a Universidade Estadual do Piauí – UESPI, com suas licenciaturas.

Apesar de muitas dificuldades sociais e econômicas da sociedade piauiense de investir na formação dos profissionais de educação parnaibanos, a chegada do Curso de Pedagogia, após o amadurecimento dos programas de graduação da área econômica e administrativa, é uma conquista e ao mesmo tempo reconhecimento do valor da formação humana no campo educativo escolar.

Esta breve apresentação do local da pesquisa é uma tentativa de resgate histórico a ser ampliado e preservado para repensarmos caminhos trilhados e, quem sabe, perceber novas saídas.

4 Cursos de ensino superior na cidade de Parnaíba

Correia (1995:106) vincula o surgimento dos cursos de ensino superior na cidade de Parnaíba à luta dos "pioneiros da educação superior de Parnaíba".

Segundo o autor, essa elite intelectual lutou pela qualificação dos trabalhadores e pela garantia do mercado de trabalho; uma luta que, vinculada aos interesses do comércio e da indústria, contou com o apoio financeiro do Conselho Nacional da Indústria.

Explicando esse processo histórico, Correia (1997) diz que a implantação dos cursos superiores de Parnaíba surgiu de forma independente e em conformidade com a necessidade da classe industrial. Para tanto, obteve o suporte científico das Universidades Federal do Rio Grande do Norte e da Fundação Getúlio Vargas. A primeira instalação (prédio) veio da extinta empresa Brasil-Estados Unidos e só após sua conformação em cursos foi que se vinculou aos grupos com sede na Capital do Estado que compunham a Universidade Federal do Piauí.

A análise sobre a gênese da UFPI apresentada por Cantuária (1998) acena para a representação do quadro sócio-histórico inaugural do ensino superior de Parnaíba e para o empenho dos grupos religiosos e políticos envolvidos.

Redigidos os documentos básicos e o pedido de autorização para funcionamento do curso, a diretoria empenhou-se em conseguir um prédio para funcionamento da Faculdade, e, por iniciativa do Mons. Antônio Sampaio, com o apoio do então Bispo Diocesano de Parnaíba, D. Paulo Hipólito de Sousa Libório, foi colocado à disposição da Fundação educacional de Parnaíba, por 10 anos, sem ônus financeiro, o prédio onde funcionava o Instituto São Luís Gonzaga, para utilização, à noite, de salas de aula, e com a secretaria funcionando no prédio onde funcionava o SAMDU (Serviço de Assistência Médica Domiciliar Urgente), situado à rua Duque de Caxias. À mesma época, a Fundação recebeu do extinto IBEU – Instituto Brasil Estados Unidos, a doação de livros, mesas, carteiras escolares e uma geladeira, iniciando-se assim, o patrimônio da futura Faculdade (Cantuária, 1998).

O *Campus* Ministro Reis Velloso iniciou sua construção em 1971, passando a ser a sede do Curso de Administração de Empresas, em 1975, Ciências Econômicas e Ciências Contábeis, em 1976, e do Curso de Pedagogia, em 1984.

Atualmente, o CMRV vem implementando sua atuação na área de pós-graduação, buscando corresponder à demanda para cursos nas áreas de Economia, Contabilidade e Pedagogia.

5 Curso de Pedagogia da UFPI

O Curso de Pedagogia na UFPI surgiu em 1975, inicialmente, na cidade de Teresina, com as licenciaturas curtas em Administração e Supervisão Escolar, e posteriormente, com licenciaturas plenas em Administração, Supervisão, Orientação Escolar e Magistério, cursos que hoje se encontram sob a coordenação do Centro de Ciências da Educação. Em 1984, é a vez de Parnaíba, com o Curso de Licenciatura Plena - Magistério, concomitantemente em Picos, com as licenciaturas plenas em Magistério, Letras e Matemática.

A implantação do Curso de Pedagogia, em Parnaíba, rompeu com a lógica histórica de criação dos outros cursos da Cidade, pois contou com a participação da classe trabalhadora e dos profissionais do ensino. O motivo deste acordo entre as classes atende à necessidade de solucionar o problema da formação pedagógica. Até então, os profissionais da Educação empreendiam sua formação em cursos superiores de outras localidades, em condições precárias, estando subordinados à oferta de cursos de férias em Teresina (PI) ou Sobral (CE).

Nesta época, a cidade de Parnaíba contava com aproximadamente 120 mil habitantes e cerca de 90 estabelecimentos escolares, entre públicos e privados, um *campus* universitário com os três cursos superiores: Administração de Empresas, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas.

O cenário apresentado trouxe à tona a necessidade de formação de educadores na própria comunidade, o que representava um fortalecimento e uma abertura do mercado de trabalho para os profissionais que atuavam nos diversos setores da educação parnaibana.

(...) a iniciativa para a implantação de um Curso de Pedagogia que partiu da comunidade, capitaneada pelo diretor do Campus Ministro Reis Velloso (CMRV), Dr. Lauro Andrade Correia (...) em 1984, quando exercia a direção do CMRV o Professor Israel José Nunes Correia, o Curso de Pedagogia para Parnaíba foi aprovado pelo Conselho Universitário, após parecer favorável para Professora Maria Figueiredo e para a beneplácito da Pró-Reitoria de Ensino Professora Maria Cecília Araújo Mendes (Resolução, 093/1994).

O Curso de Pedagogia é coordenado pelo Departamento de Ciências Sociais, Educação e Desporto (Parnaíba) e está direcionado para o magistério de 1^a a 4^a séries do ensino fundamental e para disciplinas pedagógicas do Curso Normal. Os alunos que buscam o Curso de Pedagogia são, em sua maioria, trabalhadores de vários segmentos da educação.

A proposta curricular aprovada em dezembro de 1994 ressalva que o objetivo do Curso de Pedagogia é formar professores com mentalidade aberta às necessidades de uma sociedade em constante transformação.

Quanto aos recursos físicos, conta-se com os mesmos blocos, destinados aos cursos de Administração de Empresas, Ciências Econômicas, Ciências Contábeis. Os três primeiros funcionam à noite e o Curso de Pedagogia à tarde, ocupando dois blocos com três salas de aula em cada um.

A dimensão dos blocos é de 60,62m², com capacidade para 120 alunos por bloco. Quatro salas destes blocos são destinadas, no turno da manhã, à Escola de Aplicação do Curso de Pedagogia.

O número de alunos do Curso de Pedagogia, que em 1994 perfazia 126, ocupando 06 salas de aula em dois blocos, em 1997, está em 108 alunos.

O Curso de Pedagogia de Parnaíba habilita para o magistério de escolas normais e primeiro grau de 1^a a 4^a séries. Tem sob sua orientação pedagógica uma Escola de Aplicação, onde desenvolve um permanente trabalho de extensão junto a 128 crianças, entre os filhos de servidores do *Campus* e os de pessoas carentes dos bairros vizinhos. Através da extensão universitária, oferece um serviço à comunidade parnaibana através de seminários, cursos e oficinas, ministrados na formação dos educadores.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Documentos Oficiais

1. Resolução no. 093/94: Proposta de Reformulação do Curso de Pedagogia de Parnaíba-PI em 1994.
2. Resolução do CFE nº 02/69
3. Portaria do MEC nº 399/89,
4. Portaria MEC nº 12/94.
5. **GUIA ACADÊMICO DO ESTUDANTE.** UFPI. 1997.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BRZEZINKI, I. Pedagogia, pedagogos e formação de professores. **Busca e Movimento.** Campinas, Papyrus, 1996.

CANTUÁRIA, R. A Evasão escolar no Curso de Ciências Contábeis: **O caso do Campos Ministro Reis Veloso da Universidade Federal do Piauí.** Dissertação de Mestrado, UFPI. Teresina-PI, 1998.

CORREIA, L. Ensino universitário em Parnaíba. In: **Almanaque da Parnaíba** nº 62. Parnaíba: APAL, 1995.

FAZENDA, I. (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional.** São Paulo: Cortez, 1989. 143p. (Biblioteca da Educação-Escola, 11).

FERNANDES, M. Recuperando a História Pedagógico-social do Curso de Pedagogia da UFC: **Competência Técnica e/ou compromisso Social.** Dissertação de Mestrado vol. 2 – Fortaleza - CE. UFC, 1990.

FRIGOTTO, G. **A Produtividade da escola improdutiva.** São Paulo: Cortez. 1984.

GHIRALDELLI JR., P. **História da Educação.** 2.ed. rev. São Paulo, Cortez, 1992.

LIBÂNEO, C. Pedagogia e pedagogos, para quê? **São Paulo, Cortez, 1998.**

LOPES, A. P. C. **Gênese da Universidade Federal do Piauí.** Mimeo, Fortaleza, 1996.

MACEDO, Elizabeth Fernandes de. novas tecnologias e Currículo. In: MOREIRA, A. F. B. **Currículos; questões atuais..** 3.ed., Campinas, Papyrus, 1997. p. 39 – 58

OLIVEIRA, M.C. **Parnaíba**: das primeiras escolas aos cursos universitários. Teresina: FUFPI, 1993.

RIBEIRO, M. **História da Educação Brasileira**: a organização Escolar. 15ª ed. Campinas, Autores Associados, 1998.

ROMANELLI, O. **História da Educação no Brasil**. 19ª ed. Petropolis, Vozes. 1997.

FERRETI, C. J. **A Nova lei da Educação**. 4ª ed. Revista. Autores Associados. São Paulo, 1998.

SILVA FILHO, F. **Economia parnaibana**: aspectos macro e microeconômicos. Teresina: UFPI, 1993.

SILVA, C. Curso de Pedagogia no Brasil : **história e identidade**. Campinas, Autores Associados, 1999.

VEIGA, I. et alii. **Licenciatura em Pedagogia**; realidades, incertezas, utopias. Campinas, Papirus, 1997.